

OS GUARDIÕES DAS SEMENTES CRIOLAS DE RIO GRANDE/RS E SUAS TEMPORALIDADES: RESISTÊNCIA ÀS TRANSFORMAÇÕES NA RELAÇÃO COM A NATUREZA

THE GUARDIANS OF THE CREOLE SEEDS OF RIO GRANDE/RS AND THEIR TEMPORALITIES: RESISTANCE TO CHANGES IN THE RELATIONSHIP WITH NATURE

LOS GUARDIANES DE SEMILLAS CRIOLAS DE RIO GRANDE/RS Y SUS TEMPORALIDADES: RESISTENCIA A LAS TRANSFORMACIONES EN LA RELACIÓN CON LA NATURALEZA

Darlan Goulart¹

 0009-0002-6468-2074
darlangoulart@furg.br

Jussara Mantelli²

 0000-0002-5252-4418
jussaramantelli@furg.br

1 Geógrafo pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG) e Mestrando em Geografia pelo PPGGeo (FURG). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-6468-2074>. E-mail: darlangoulart@furg.br.

2 Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5252-4418>. E-mail: jussaramantelli@furg.br.

Artigo recebido em setembro de 2023 e aceito para publicação em dezembro de 2023.



Este artigo está licenciado sob uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

RESUMO: Este artigo aborda a Revolução Verde como agente principal da transformação do modo tradicional de produção agrícola, da *Terra Mater* para *Terra Nullius* (SHIVA, 2001), trazendo profundas mudanças nas relações técnicas e sociais no campo, alterando a conexão do agricultor com a natureza. Este evento contribuiu para a modernização da agricultura e acúmulo de capital, mas também causou perda de biodiversidade e degradação ambiental. Nos últimos anos, sob a perspectiva de espoliação da natureza e sua mercantilização, estreitamente ligada ao avanço da extrema-direita na América Latina, é presente a transição da relação com a terra, destacando perda de biodiversidade, liberação de agrotóxicos e descaso com os elementos tradicionais como as sementes crioulas, que trazem consigo uma carga de conhecimentos tradicionais. No espaço geográfico, a relação entre guardiões de sementes e a natureza também é analisada, revelando uma resistência mediante ao avanço capitalista e a modernização agrícola.

Palavras-chave: Sementes Crioulas. Guardiões. Neoliberalismo. Natureza.

ABSTRACT: This article approaches the Green Revolution as the main agent of the transformation of the traditional way of agricultural production, from *Terra Mater* to *Terra Nullius* (SHIVA, 2001), regarding the profound changes in technical and social relations in the field, besides shifts in the connection between farmer and nature. This event contributed to the modernization of agriculture and capital accumulation, but also caused biodiversity loss and environmental degradation. In recent years, from the perspective of the spoliation of nature and its commodification, closely linked to the advance of the extreme right in Latin America, there has been a transition in the relationship with the land, highlighting the loss of biodiversity, the release of pesticides and disregard for elements as traditional seeds, which bring with them a load of traditional knowledge. In geographic space, the relationship between seed guardians and nature is also analyzed, revealing resistance to capitalist advances and agricultural modernization.

Keywords: Creole Seeds. Guardians. Neoliberalism. Nature.

RESUMEN: Este artículo aborda la Revolución Verde como el principal agente de transformación de la forma tradicional de producción agrícola, de *Terra Mater* a *Terra Nullius* (SHIVA, 2001), trayendo cambios profundos en las relaciones técnicas y sociales en el campo, cambiando la conexión del agricultor con la naturaleza. Este evento contribuyó a la modernización de la agricultura y la acumulación de capital, pero también provocó pérdida de biodiversidad y degradación ambiental. En los últimos años, desde la perspectiva del expolio de la naturaleza y su mercantilización, muy ligada al avance de la extrema derecha en América Latina, se ha producido una transición en la relación con la tierra, destacando la pérdida de biodiversidad, la liberación de pesticidas y el desprecio por ciertos elementos, como las semillas tradicionales, que traen consigo una gran carga de saberes tradicionales. En el espacio geográfico, también se analiza la relación entre

los guardianes de las semillas y la naturaleza, revelando la resistencia a los avances capitalistas y la modernización agrícola.

Palabras clave: Semillas criollas. Guardianes. Neoliberalismo. Naturaleza.

INTRODUÇÃO: TRANSFORMAÇÕES NA RELAÇÃO COM A NATUREZA

O presente artigo aborda o evento da Revolução Verde, como principal responsável pela ruptura do modo de produção agrícola tradicional — da *Terra Mater* a *Terra Nullius* (SHIVA, 2001) —, desencadeando profundas mudanças nas relações técnicas e sociais no campo, alterando a relação do agricultor com a natureza. Por um lado, este evento contribuiu diretamente, através da técnica, para a modernização e a industrialização da agricultura, viabilizando o acúmulo de capital por parte de agentes hegemônicos. Por outro, acarretou perda da biodiversidade por meio da introdução de sementes geneticamente modificadas, dependência dos insumos químicos da indústria, entre outros, resultando em um processo contínuo de degradação ambiental.

Este processo se aprofunda a partir de 2019, calcado na concepção de espoliação da natureza, e na sua mercantilização — *Terra Nullius* — estreitamente ligada ao avanço da extrema-direita na América Latina, representada pelo bolsonarismo no território brasileiro. Nessa perspectiva, através do debate estabelecido especialmente com Milton Santos (2002, 1999) e Vandana Shiva (2001), é possível compreender a transição da relação com a terra por parte dos sujeitos, do meio natural ao meio técnico, processo que acarretou perda de biodiversidade e invisibilizou a produção de sementes crioulas, transgeracionais, que carregam em seu gene o conhecimento tradicional, a história dos lugares em que foram cultivadas e adaptadas no transcorrer do tempo. Com base no exposto, ocorre uma mudança no modo como a humanidade passou a conceber a natureza, mediada pelo modo de produção capitalista.

O espaço geográfico, através da relação estabelecida entre o Global e o Local, também evidencia outras premissas de relações entre agricultores e a natureza. Uma delas, que será evidenciada neste artigo, refere-se aos guardiões das sementes — agricultores familiares — e suas (r)existência frente ao avanço do capitalismo e a modernização da agricultura, que se relaciona com a terra a partir de uma lógica baseada na degradação. Esses sujeitos encontram-se à mercê do território e das normas estabelecidas pelo Estado e pelo Mercado, cultivando outro tipo de relação com a natureza.

CONSTRUINDO O ENTENDIMENTO DA QUESTÃO

Para entender a transformação da relação das sociedades com a natureza, fez-se uso do método de reconstrução de processos sociais. Este método permite a reconstrução de processos que operam em nível quase invisível no espaço e no tempo. Para chegar neste entendimento foi necessário buscar subsídios em documentos, livros e artigos acadêmicos relacionados com o tema de pesquisa (ALONSO, 2016). Essa abordagem metodológica

possibilitou a compreensão acerca da transformação no modo como a sociedade passou a se relacionar com a natureza: do Meio Natural ao Meio Técnico.

Por conseguinte, uma das formas de compreender os fenômenos sociais é observando-os enquanto ocorrem no aqui e agora. Essa maneira de construir o conhecimento data do século XIX nas ciências sociais. Para entender os hábitos e a vida cotidiana dos guardiões das sementes crioulas, fez-se um estudo de campo baseado na observação participativa. Esse método qualitativo de pesquisa permite ao pesquisador inserir-se na comunidade estudada, ao nível microssocial (ALONSO, 2016). As informações disponibilizadas pelos guardiões das sementes crioulas do município de Rio Grande - RS, foram de extrema importância para as reflexões, para além da literatura e dos estudos bibliográficos. E, por fim, fez-se uso da análise de conteúdo (BARDIN, 2007) com o intuito de significar os dados coletados através da análise dos documentos e das observações feitas inicialmente.

DO MEIO NATURAL AO MEIO TÉCNICO: A TRANSFORMAÇÃO NA RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA

Para falar sobre os guardiões das sementes crioulas é preciso, inicialmente, retroceder no tempo histórico, voltar a um momento da existência em que o modo de produção capitalista não integrava a relação do homem com a natureza. A literatura nos conta que as primeiras sociedades se organizavam como caçadoras e coletoras. Isso significa que esses sujeitos viviam o cotidiano como nômades, em pequenos grupos, migrando de uma região para outra conforme suas necessidades de subsistência.

As considerações sobre a origem das espécies de Charles Darwin facultam que a sobrevivência das espécies está ligada à capacidade adaptativa em relação ao meio. No entanto, ao contrário dos demais seres vivos que habitam o planeta, os seres humanos possuem a capacidade de adaptar a natureza às suas necessidades — o que, para alguns, representa a “racionalidade”, a distinção entre os homens e os animais.

Pode-se dizer que em um determinado momento do tempo, em um fragmento da história humana, quando a natureza ainda podia ser compreendida como natural, “teríamos, a rigor, uma diversificação, da natureza em estado puro. O movimento das partes, causa e consequência de suas metamorfoses, deriva de um processo devido unicamente às energias naturais desencadeadas” (SANTOS, 2002, p. 131). A relação entre o homem e a natureza provocou aquilo que Marx chamaria de segunda natureza.

Quando se considerava que tudo ainda era natural, “o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência em grupo” (SANTOS, 2002, p. 235). As primeiras sociedades que conviviam nesse meio natural “generalizado”, interagiam com a natureza em um movimento de pouca transfiguração.

Nesse momento da existência, a técnica e o trabalho operavam em harmonia com o meio natural, de modo que inexistiam outros meios de mediação entre esse processo, como o próprio

modo de produção capitalista. “As transformações impostas às coisas naturais já eram técnicas, entre as quais a domesticação de plantas e animais aparece como um momento marcante: o homem mudando a Natureza, impondo-lhe leis” (SANTOS, 2002, p. 235). É nesse contexto, por meio do domínio de determinadas espécies de sementes, que ocorre a transição de uma sociedade caçadora e coletora, para uma organização social agricultora e sedentária.

Nesse processo de transição do nomadismo para uma sociedade sedentária e agricultora, os seres humanos desenvolveram novas técnicas de domesticação dos cultivares, selecionando aqueles que melhor se adaptavam a determinadas regiões. As sementes crioulas têm disso, estão muito associadas às características regionais, embora ocorra trocas de sementes com o intuito de resguardá-las. De acordo com Milton Santos “as técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativa e quantitativamente. As técnicas são uma medida do tempo: o tempo do processo direto de trabalho, o tempo da circulação, o tempo da divisão territorial do trabalho e o tempo da cooperação” (2002, p. 54).

Nesse momento da técnica, a motivação de uso dos recursos naturais, no caso dos cultivares, eram locais. Essas sociedades, na medida em que se caracterizavam como criadoras das técnicas, também eram “comandantes dos tempos sociais e dos limites de sua utilização” (SANTOS, 2002, p. 236). O processo de transmutação de uma nova natureza, de sua transfiguração, era feito de forma harmônica, no qual respeitava-se a razão, preservação e continuidade da vida.

Exemplo disso são, entre outros, o pousio, a rotação de terras, a agricultura itinerante, que constituem, ao mesmo tempo, regras sociais e regras territoriais, tendentes a conciliar o uso e a “conservação” da natureza: para que essa possa ser outra vez, utilizada. Esses *sistemas técnicos sem objetos técnicos* não eram, pois, agressivos, pelo fato de serem indissolúveis em relação à Natureza que, em sua operação, ajudava a reconstruir (SANTOS, 2022, p. 236).

É por essa razão que dissertar sobre os guardiões das sementes crioulas é, também, falar sobre outro tempo do trabalho no campo. Pinheiro (2022), destaca que a conservação, a manutenção, o compartilhamento e a reprodução das sementes crioulas se encontram inseridas em um espaço-tempo que pode ser denominado como vida, precisamente na escala do lugar, no vivido e experienciado.

Uma coexistência de sujeitos que contrapõem a lógica capitalista, “são encontros de vida de seres vivos que pelos compassos dos processos evolutivos das espécies encontraram-se em um dado momento, o qual a partir desse passaram a conviver, co-habitar e estabeleceram relações simbióticas onde um necessita do outro para a sua sobrevivência, uma co-sobrevivência” (PINHEIRO 2022, p. 66).

A lógica da produção, da conservação e do compartilhamento das sementes crioulas representa outro tempo ao se considerar o avanço da técnica no mundo contemporâneo e a tecnificação dos processos relacionados ao campo. A técnica deve ser compreendida como um fenômeno histórico que viabiliza, por meio da produção do espaço, tornar o

tempo concreto. Trata-se de distinguir a história não pelo modo como se fazia algo, mas sim qual instrumento era utilizado para tal (SANTOS, 2002).

Ao passo que as sociedades foram se desenvolvendo, a relação com a natureza mudou significativamente. O avanço da técnica permitiu que a humanidade passasse a construir relações alheias ao estado natural, no momento em que se vivia o espectro de liberdade e igualdade. Num determinado momento da existência, a noção de propriedade privada e a noção de posse, transformou as relações sociais tornando-as dissimétricas, desiguais. A sociedade da técnica, “civilizada”, por meio de suas instituições, moldou os sujeitos de modo que as vantagens individuais em detrimento do bem comum tornaram-se majoritárias.

De acordo com Milton Santos (2002, p. 63), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. Nessa perspectiva, no início, tudo fazia parte da natureza selvagem constituída por objetos naturais. Porém, ao longo da história humana, as sociedades substituíram os objetos naturais por objetos artificiais, criando uma natureza artificial, transfigurada, uma segunda natureza (SANTOS, 2002).

É a partir dos sistemas de objetos e ações que o espaço geográfico encontra a sua dinâmica e sofre transformações. Os sistemas de objetos possuem a capacidade de subordinar o modo como as ações se dão, na medida em que as ações condicionam a criação de novos objetos ou atuam sobre aquelas que já existem no espaço. Nos sistemas de ações, tanto os homens — individualmente — quanto as instituições — controladas por eles —, desempenham papel elementar. No entanto, no mundo contemporâneo, as ações mostram-se cada vez mais precisas, cegas e obedientes a determinados projetos (SANTOS, 2002).

As ações dizem respeito à interação entre diferentes atores sociais. Isso quer dizer que tanto suas práticas quanto as estruturas as delineiam. Um sistema de ações é composto tanto pela relação entre os atores sociais quanto pelas normas, regras e instituições que determinam e orientam essas interações. A “Revolução Verde” que ocorreu com maior intensidade entre os anos de 1950 e 1970 representa o avanço da técnica na agricultura e pode ser interpretada por essa lógica, uma vez que se refere à implementação de novas tecnologias nas práticas agrícolas — sistema de objetos — que envolvem diversos atores sociais, sendo esses: cientistas, organizações internacionais, agricultores, empresas agroquímicas, governos, entre outros.

Através da implementação da técnica, determinados atores desenvolveram insumos químicos — veneno —, sementes geneticamente modificadas e maquinários para dar conta de suprir as demandas dos grandes latifúndios. As práticas atreladas a esse movimento que surgiu ligado à ideia de acabar com a questão da fome no mundo, desencadeou transformações socioespaciais significativas, reorganizando as estruturas agrárias, promovendo a concentração de terras, a dependência de insumos químicos e modificações na forma como as pessoas passaram a consumir os alimentos.

Todavia, o paradigma da Revolução Verde surgiu com a ideia de romper com a lógica do saber tradicional, substituindo o ciclo de nutrientes regenerativos por um fluxo

linear de compostos químicos oriundos das grandes fábricas (SHIVA, 2001). A natureza então transfigurada transformou-se em matéria-prima, em produto, em capital.

A partir de então, a fertilidade deixou de pertencer ao solo, mas sim aos produtos químicos criados pela indústria e comercializados pelo mercado. A Revolução Verde está diretamente ligada à dependência de sementes técnicas que necessitam dos insumos químicos para prosperar no solo (SHIVA, 2001). Desse modo, por meio da técnica, a Revolução Verde, ligada intimamente à dinâmica de globalização, inferiu diretamente na biodiversidade alimentar.

Nesse processo, a revolução biotecnológica retirou das sementes crioulas sua capacidade auto-regenerativa, “colonizando-a de duas maneiras principais: por meios técnicos e pelos direitos de propriedade” (SHIVA, 2001, p. 74). De acordo com Shiva (2001), o processo técnico de hibridização impede que a semente se reproduza. É dessa forma que o capital consegue driblar a natureza, tirando sua fertilidade, sua auto-reprodução. Como as sementes técnicas não possuem a capacidade de produzir mais sementes, os agricultores tornaram-se dependentes do mercado.

De acordo com Jack Kloppenburg (apud SHIVA, 2001, p. 74) “a semente é tanto meio de produção como produto”. Ou seja, se cultivadas em condições corretas, possuem a capacidade de se reproduzirem e se multiplicarem. Esse movimento, para o capital, representava um empecilho biológico para o processo de mercantilização das sementes, visto que vender algo que se auto-reproduz não é lucrativo. As sementes modificadas pela técnica, então, transformaram “em mera matéria-prima o que é, simultaneamente, meio de produção e produto» (SHIVA, 2001, p. 74). As sementes técnicas possibilitaram e continuam possibilitando o acúmulo de capital para as indústrias privadas através de sua comercialização de modo que hoje, “vivemos um momento da História, no qual a natureza, e sua degradação, é apropriada como forma, cada vez mais ampliada, de produção/acumulação (SUERTEGARAY, 2002, p. 161). Nesse movimento, as sementes técnicas também se tornaram causadoras de perturbação ecológica, visto que descartam o processo regenerativo da natureza. As sementes que circulam no mercado são ecologicamente incompletas em duas camadas (SHIVA, 2001).

Primeiro, embora a semente seja por definição um recurso regenerativo, as sementes técnicas não possuem essa capacidade. Segundo, a semente não possui a capacidade de se reproduzir sozinha, dependendo, portanto, dos insumos químicos criados pela indústria. Gonçalves (2004, p. 22), também enfatiza que “salta à vista a limitação ecológica desses agroecossistemas, posto que sendo extremamente simplificados, tornam-se, por isso mesmo, dependentes de insumos externos para manter seu equilíbrio dinâmico”. Dessa forma, “esse deslocamento dos processos ecológicos, da produção por meio da regeneração, para processos tecnológicos de produção não regenerativa é a base da espoliação dos lavradores e da drástica redução da diversidade biológica na agricultura” (SHIVA, 2001, p. 75). Tal processo encontra-se estritamente ligado à agricultura não sustentável: as monoculturas.

Por intermédio desse evento chamado Revolução Verde e da técnica, as empresas transnacionais se apropriaram dos recursos genéticos, privatizando-os por meio de concessão de patentes, restringindo o acesso dos agricultores à diversidade genética, limitando-a a

fim de maximizar seus lucros com algo elementar para a existência humana: o alimento e, para alguns, a subsistência. Todavia, diferente das sementes técnicas, as sementes crioulas, também chamadas de cultivares primitivos, evoluíram no transcorrer do tempo através da seleção humana sendo produzidas e trocadas pelos agricultores (SHIVA, 2001). As sementes crioulas representam um tempo passado do trabalho no espaço geográfico, “elas consistem de material melhorado e selecionado, incorporando a experiência, a inventividade e o trabalho árduo de lavradores, passados e presentes; os processos materiais evolutivos [pelos quais] passaram satisfazem necessidades ecológicas e sociais” (SHIVA, 2001, p. 77).

A coexistência entre as sementes técnicas e as sementes crioulas tornam explícito os tempos da divisão do trabalho (SANTOS, 2002). Os lugares presentes no espaço geográfico possuem o privilégio de testemunhar, de forma simultânea, as várias divisões do trabalho expressas no espaço. É um tipo de regra universal, de modo que, “em cada subespaço, novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores” (SANTOS, 2002, p. 136). As divisões do trabalho, portanto, possuem a capacidade de criar seus próprios tempos. No entanto, esse tempo é abstrato, dimensionado por meio de sua leitura e interpretação, “na vida ativa, pelos diversos agentes sociais” (SANTOS, 2002, p. 136).

As sementes crioulas representam outro Modo de Produção. Milton Santos (2002) enfatiza que, no que tange a relação entre a técnica e o espaço, a primeira realidade elementar é que existe uma difusão desigual da técnica, de modo que coexistem, em um mesmo território, elementos técnicos de épocas distintas. O sincronismo existencial dessas sementes transgeracionais — crioulas — com as sementes técnicas representa o *reverse salients*, proposto por Th. Hughes (1980 apud SANTOS, 2002), um tipo de anomalia decorrente do processo histórico, resultado direto da expansão não homogênea das técnicas no espaço geográfico.

Por conseguinte, a manutenção das sementes crioulas, o trabalho dos guardiões que carregam em seu gene o conhecimento tradicional, a história dos lugares em que foram cultivadas e adaptadas no transcorrer do tempo, representam aquilo que Milton Santos (2002) chamaria de *temporalidades* — as formas de uso de um tempo passado, matrizes das espacialidades vividas no espaço que, conseqüentemente, distinguem os lugares. As sementes crioulas, além de representarem o *reverse salients*, quando cultivadas e germinadas, em contraposição às monoculturas de sementes técnicas que representam a técnica do tempo atual, podem ser compreendidas, também, como uma rugosidade — a marca da resistência à homogeneização e a dependência das sementes técnica. As rugosidades podem ser compreendidas como formas que representam outro tempo do trabalho no espaço geográfico e, “ainda que sem tradução imediata, [...] nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas (todas as escalas da divisão do trabalho), os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2002, p. 140).

A Revolução Verde e a técnica representam a substituição da diversidade de cultivares. Nesse sentido, a crise da biodiversidade não se refere somente à apropriação da matéria-prima em prol do acúmulo de capital, mas representa, também, uma ameaça aos sistemas responsáveis por sustentar a vida e os meios de subsistência dos sujeitos (SHIVA, 2001).

Nessa perspectiva, “a biodiversidade — contrariamente à atmosfera ou aos oceanos — não é uma terra comunitária global no sentido ecológico. A biodiversidade existe em países específicos e é utilizada por comunidades específicas” (SHIVA, 2001, p. 92). Conforme ditou a lógica hegemônica, a técnica transformou a base de sustentação de diversos grupos sociais em mercadoria e matéria-prima para grandes empresas, que ao se apropriarem da biodiversidade, promoveram aquilo que Vandana Shiva (2001) chamou de biopirataria.

O evento Revolução Verde marcou na história da agricultura a transição da concepção de *Terra Mater* a *Terra Nullius*. Rousseau (1971, p. 86), há muito tempo disse em seu livro “O Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens” que “o verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, se lembrou de dizer: *isto é meu*; e encontrou pessoas, suficientemente simples, que acreditaram nele”. Tal sujeito deve ter sido, também, o primeiro — ou um dos — que concebeu o mundo como uma terra sem dono, como terra vazia e disponível para apropriação, como *Terra Nullius*.

No decorrer do tempo, a técnica ampliou a concepção de *Terra Nullius*, contribuindo diretamente para sua degradação, promovendo a mercantilização dos recursos naturais e sua privatização, da escala Global, afetando diretamente o Local, desconsiderando comunidades tradicionais, sua cultura e seus modos de subsistência (SHIVA, 2001). De acordo com Milton Santos (2002, p. 164), “cada evento é um fruto do Mundo e do Lugar ao mesmo tempo”. Assim, na história da agricultura, a lógica Global, amparada pela técnica, impôs a concepção de *Terra Nullius*, a concepção ocidental de exploração da natureza.

O agronegócio é a materialização da concepção de *Terra Nullius*. Esse modelo agroexportador tanto no Brasil quanto na América Latina foi fomentado por governos progressistas que possibilitaram a aceleração, bem como a implementação desse modelo de exploração da terra e o agronegócio encontrou solo fértil para se expandir com o aparato do Estado.

A DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO, O AGRONEGÓCIO E A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

No território brasileiro, a hegemonia do agronegócio consolidou-se no final do século XX através do projeto cultural, ideológico e político criado pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, Lula, Dilma e Temer. Esse projeto, pautado na tecnificação do campo, no acúmulo de terras, sempre atendeu os interesses do capital internacional, ou seja, a demanda da grande burguesia que, nos primórdios da colonização e da expropriação do território indígena, já havia nos atribuído esse papel. Na divisão internacional do trabalho, atribuiu-se ao Brasil o papel de exportador de matéria-prima.

A história da América Latina é marcada por um intenso período de escravidão e de exploração dos recursos naturais. Eduardo Galeano, em seu livro, “As Veias Abertas da América Latina”, coloca que a divisão internacional do trabalho nada mais é do que a especialização de alguns em ganhar muito e de outros em basicamente perder na mesma

proporção. Salienta, também, que esse território, marcado pela exploração ocidental, especializou-se em perder desde sempre e em satisfazer as necessidades alheias, fornecendo aos seus colonizadores ferro, petróleo, jazidas de ouro, cobre, carne, frutas, café, ou seja, todo tipo de matéria-prima.

Jared Diamond (2020), identificou três conjuntos de fatores que foram determinantes para a invasão e expropriação da terra dos povos que aqui viviam. O primeiro foi o fato de a Eurásia iniciar primeiro o seu processo de povoamento em relação às Américas. O segundo é que a produção de alimentos e a técnica empregada por esses povos proporcionou maior disponibilidade de animais e plantas domesticáveis. E, o terceiro, diz respeito às barreiras geográficas e ecológicas menos prejudiciais à propagação intracontinental. Além desses três fatores, como podemos perceber na transição do Meio Natural ao Meio Técnico, existia, também, uma diferença nítida entre essa civilização relacionada ao modo como concebiam a natureza, como a interpretavam e relacionavam-se com ela. Tratava-se, portanto, de diferentes cosmovisões e não é por coincidência que as colonizações ocorreram da maneira como a história nos conta.

De acordo com Milton Santos (2002, p. 132), “a divisão internacional do trabalho é o processo cujo resultado é a divisão territorial do trabalho”. O planeta terra, vagando no espaço abstrato da física, representa para a Geografia a totalidade do espaço geográfico. Nele, existem recursos distribuídos conforme as leis naturais impostas a nossa existência. Compreendemos, aqui, “por recurso, toda possibilidade, material ou não, de ação oferecida aos homens (indivíduos, empresas, instituições)” (SANTOS, 2022, p. 132). Os recursos podem ser naturais, artificiais, relações espontâneas e compulsórias — como as próprias relações de consumo —, os valores, as ideias e os sentimentos. É por meio da distribuição desses dados que os sujeitos transformam a si e tudo que habita o seu entorno.

Na história humana universalizada, “a cada momento, cada lugar recebe determinados vetores e deixa de acolher muitos” (SANTOS, 2022, p. 133) e essa premissa vai de encontro com o que disse Galeano. A divisão territorial do trabalho estabelece hierarquias entre os lugares, entre as nações, conforme sua localização geográfica, redefinindo a capacidade de ação tanto de empresas, quanto de instituições e pessoas. Essa divisão territorial do trabalho evidencia a existência de conflitos, como a disputa entre o Mercado e o Estado, muito presente na história recente da América Latina. Essas duas entidades, no entanto, não podem ser concebidas como um dado bruto.

O Mercado é composto por um número significativo de empresas que estabelecem suas relações segundo suas próprias motivações, de acordo com seus processos produtivos, de forma que induzem a uma divisão territorial do trabalho que atende aos seus interesses pessoais. No âmbito público a lógica não difere, uma vez que existem diversas escalas de poder que disputam, também, uma divisão territorial do trabalho que atenda às suas prerrogativas (SANTOS, 2002). De acordo com Milton Santos (2002, p. 135), “as modalidades de exercício da política do poder público e da política das empresas têm fundamento na divisão territorial do trabalho e buscam modificá-las a sua imagem”.

Na história humana universalizada, atribuiu-se ao Brasil o papel de exportador de cultivares, ou seja, o modelo de desenvolvimento agroexportador extrativista. Essa lógica existe

desde os processos colonizatórios e, ainda hoje, permanece. Esse modelo de expropriação e exploração da natureza resultou em uma série de processos de desindustrialização em diversos países da América Latina, como o Brasil, além de resultar também na degradação ambiental, sobretudo pela intensificação das políticas neoliberais da extrema-direita brasileira e a abertura aos mercados externos. A colonização que outrora ocorreu através das navegações marítimas, hoje, ocorre por meio das grandes multinacionais, e da propagação da informação, em especial a internet. É o meio-técnico-científico-informacional controlado pelas grandes bigtechs que atendem aos valores do Mercado dito global.

Podemos dizer, de acordo com David Harvey (2005), que a mercantilização da natureza acontece por meio da degradação dos habitats e da aniquilação dos recursos. Isso pode acontecer na forma de supressão de formas alternativas de produção e de consumo, na aniquilação dos direitos dos camponeses a terras comuns, na mercantilização da força de trabalho e do tempo de vida, na transformação da terra em produto, entre outros fatores. O termo acumulação por espoliação, no sentido de acontecer como um processo, explica a relação do agronegócio e a degradação ambiental que ocorreu no Brasil nos últimos anos, intensificado no governo Bolsonaro, no período de 2019 ao final de 2022, por conta de suas opções governamentais.

O século XXI marca um período de ascensão de movimentos extremistas e conservadores na América Latina. Os golpes de Estado como o que ocorreu em 2012 no Paraguai, em 2016 no Brasil e em 2009 em Honduras expressam a ascensão desse pensamento, fortemente marcado por políticas neoliberais (CARDOSO; HOVELER, 2022). No Brasil, o bolsonarismo representa a ascensão da lógica da degradação ambiental em larga escala e a naturalização da barbárie (NANNINI, 2023).

No mundo globalizado, o capitalismo avança por intermédio daquilo que os economistas neoliberais chamam de “livre-mercado”. No entanto, ao contrário da concepção clássica acerca do liberalismo que atua na ausência do Estado, o neoliberalismo imputa ao Estado o papel de servir às demandas do Mercado. Nesse modelo, o Estado limita-se somente a garantir a integridade do dinheiro, bem como das formas, das funções e das estruturas do seu território, garantido acima de tudo o direito de propriedade individual (HARVEY, 2008).

O Estado Neoliberal costuma olhar para o mundo através das lentes do Mercado em detrimento das questões sociais, do direito à existência digna e universal e do direito ao trabalho mais humano. Isso quer dizer que, em casos de conflito, os Estados neoliberais tendem a favorecer o sistema financeiro e suas instituições, atribuindo pouco significado ao bem-estar populacional e a conservação do ambiente (HARVEY, 2008). Essa lógica torna-se nítida quando pensamos nos governos pós-golpe de 2016 no território brasileiro de Michel Temer e de Bolsonaro. Nesse período, no que tange a regulamentação desse setor, o Estado distanciou-se tanto da população quanto da regulamentação, de forma que o Mercado moldou o setor ainda mais às suas necessidades, exemplos disso são as privatizações de Estatais a um preço consideravelmente baixo. Todavia, no governo Bolsonaro, a lógica da degradação ambiental, da liberação de agrotóxicos e o negacionismo científico construíram raízes profundas entrelaçadas com o poder do Estado (NANNINI, 2023).

No território brasileiro, existe uma estrutura organizada quando o assunto diz respeito ao agronegócio e aos atores que mantêm seus interesses. Havíamos dito que tanto o setor político quanto o Mercado são estruturas complexas que tentam criar uma divisão territorial do trabalho que atenda a suas necessidades. Nesse sentido, a sua hegemonia encontra-se, na maioria das vezes, atrelada ao poder político e econômico dos grandes latifundiários que fazem parte do próprio Congresso Nacional, por exemplo. O agronegócio brasileiro é constituído por uma parcela significativa da elite política brasileira, representantes diretos da pequena parcela que detém a maior fatia dos recursos e, conseqüentemente, capital. Dele, fazem parte os militares, os burgueses, a bancada religiosa composta por maioria evangélica e os ruralistas. Esses sujeitos possuem o poder de criar leis relativas ao ambiente, a economia e a educação, interferindo diretamente nas camadas mais frágeis da sociedade brasileira. (NANNINI, 2023).

O agronegócio é vendido como o símbolo da modernidade pela mídia e através das propagandas e do algoritmo. É o “setor mais dinâmico e eficiente da economia do país, o agente capaz de promover recordes de produção e produtividade, contribuindo para o superávit da balança comercial” (NANNINI, 2022, p.59). De acordo com Milton Santos (2002), o meio-técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização. Para o autor, quanto mais contemporâneo for o objeto técnico, mais subordinado encontra-se a lógica hegemônica e ocidental. Pode-se dizer que a extrema-direita bolsonarista soube aproveitar os objetos técnicos contemporâneos — às redes, os smartphones, os aplicativos — para disseminar o discurso “Agro é tech, Agro é pop, Agro é tudo” engendrado, também, ao discurso contra minorias e povos originários.

O governo conduzido pelo projeto de extrema-direita bolsonarista, operou através de ações autoritárias e normas infralegais que enfraqueceram a ordem democrática, ampliaram a degradação ambiental, favoreceram a concentração de terra e de renda, aumentaram a violência no campo e os conflitos de classe (NANNINI, 2023, p. 66).

Na figura do bolsonarismo, as entidades e os sujeitos que representam o agronegócio no Brasil, enxergaram a oportunidade de desmanchar qualquer política ambiental, explorando ao máximo os recursos, negando a fertilidade do solo e a sua manutenção — a terra compreendida como mercadoria a qualquer custo. As principais promessas eram extinguir as multas ambientais, combater o ativismo social e ambiental, não demarcar nenhuma terra indígena, além de permitir avanço de garimpeiros sobre o território tradicional. E, durante seu governo, assim o fez (NANNINI, 2023).

O governo neoliberalista concedeu livre acesso de decisão para os agentes e entidades políticas que representam o agronegócio brasileiro, como o Instituto Pensar Agropecuária (IPA) e o Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA). Através das decisões tomadas por meio do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, fizeram com que o Congresso Nacional aprovasse suas reivindicações, convertendo-as em políticas que

atendessem somente o modelo tecnificado e agroexportador. Dentro deste contexto não havia espaço para a agricultura familiar, produtora de alimentos, para as comunidades tradicionais, entre outros grupos de grande relevância sociocultural.

De acordo com o De Olho nos Ruralistas (2022), o governo bolsonarista foi o que mais liberou uso de agrotóxicos em toda a história do Brasil. Os levantamentos estimam um total de 1.682 agrotóxicos liberados nos três primeiros anos de governo. Além da liberação dos agrotóxicos, na Agenda do agronegócio estava a redução das pastas voltadas ao atendimento às minorias, com o intuito de sufocar o poder de atuação do setor público. Por exemplo, retirou-se do Ministério do Meio Ambiente a capacidade de conduzir políticas elementares para o pleno funcionamento da pasta, extinguiu-se a Secretaria de Mudanças do Clima e Florestas, atribuindo as competências do SFB (Serviço Florestal Brasileiro) e o CAR (Cadastro Ambiental Rural) para o MAPA e a Agência Nacional de águas (ANA) para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) (ASCEMA, 2020).

Essa movimentação de atribuições deixou as decisões políticas de cunho ambiental nas mãos dos ruralistas e grandes latifundiários. Políticas como a demarcação de terras indígenas e reforma agrária passaram a ser debatidas pela perspectiva dos grandes proprietários de terras. Através do poder público e do jogo político, o governo bolsonarista interferiu “na política nacional do meio ambiente e dos recursos hídricos, nas políticas de fiscalização, proteção e de licenciamento ambiental, bem como nas políticas de demarcações de terras e de reforma agrária” (NANNINI, 2023).

Enquanto estava à frente do Ministério do Meio Ambiente, o Ministro Ricardo Salles agiu na contramão das políticas ambientais voltadas à proteção e preservação. Na realidade, Salles foi o promotor de uma série de atentados contra o ambiente, e a natureza. Entre as ações adotadas pelo Ministro, encontra-se o PL 191/20 que possuía o objetivo de regulamentar a realização de pesquisa, a exploração de petróleo e gás, bem como a construção de hidrelétricas em território tradicional sem a necessidade de ter-se a concordância e autorização dos povos originários. Tratava-se da tomada do território por meio da força do Estado e seus agentes (ASCEMA, 2020). Todavia, além de facilitar a degradação ambiental e a espoliação da terra, Ricardo Salles também foi responsável enquanto Ministro do Meio Ambiente por proteger os sujeitos que promoviam a degradação em nome dos grandes donos de terra (NANNINI, 2023).

O governo Bolsonaro, além de estrangular órgãos ambientais, minando o orçamento ou sabotando ações de fiscalização, simultaneamente adotou uma política de punição zero, criando uma burocracia extra que favorece os infratores ambientais, ou seja, instituiu a conciliação, a renegociação e o perdão de multas (NANNINI, 2023).

As ações tomadas pelos agentes que faziam parte da base bolsonarista no governo de extrema-direita contribuíram diretamente para o desmatamento metódico que ocorreu no Brasil durante a sua gestão. O governo Bolsonaro deixou um vazio de 56 mil quilômetros

quadrados de vegetação nativa na Amazônia, tornando o país o principal ator na esfera do desmatamento no ano de 2020 (WERNECK et al, 2022). Durante sua gestão, o número de queimadas aumentou significativamente. Essas queimadas criminosas, em sua maioria, estavam ligadas ao agronegócio e foi o primeiro governo eleito de forma democrática, que não demarcou nenhuma terra indígena. Tratava-se da completa negligência com os sujeitos que habitam e habitavam esse território há séculos, com a presença da grilagem das terras.

De acordo com Monteiro (2022), a grilagem pode ser entendida como um exemplo claro de espoliação no território brasileiro, “onde os instrumentos ainda arcaicos de produção de capital abrem espaços para a inserção de territórios no sistema-mundo capitalista/competitivo” (MONTEIRO, 2022, p. 81). Os mecanismos que criam artificios jurídicos e políticos para burlar, “a psicofera criada no local e, posteriormente, a legalização via aparato do Estado, caracterizam o espólio de áreas não-capitalistas, transformando-as em territórios calcados numa lógica produtivista” (MONTEIRO, 2022, p. 81). Nessa perspectiva, entende-se, também, que a grilagem da terra mostra que o desmatamento de áreas preservadas não possui sua máxima na extração de madeira e no comércio ilegal, embora isso também ocorra. A grilagem está intimamente ligada à especulação da terra e ao acúmulo de capital. No final das contas, a ideia do grileiro é transformar a terra em sua propriedade privada — em poder.

Na história do Brasil, desde os processos colonizatórios até os dias atuais, a posse de grandes extensões de terra significa ter poder — poder político e econômico. De acordo com Milton Santos (1999), o mundo globalizado permitiu a ampliação das trocas, ou seja, a ampliação do comércio, de modo que, a partir da interdependência crescente das sociedades por produtos e matérias, ocorreu a complexificação do dinheiro. E, para garantir a estabilidade das trocas e da quantidade de produtos produzidos, as sociedades passaram a regulamentar o dinheiro, os processos que giram em seu entorno e do modo de produção capitalista. Para o agronegócio, para os grandes latifundiários e donos de terra, a degradação ambiental representa o avanço da fronteira agrícola e, conseqüentemente, maior carga de exportação.

Esse modelo agroexportador e a intensiva exploração dos recursos revelou a fragilidade da sociedade e demonstrou que nenhum avanço no campo social é permanente. Enquanto o agronegócio alcançava patamares elevados de exportação, os preços dos produtos alimentares nos supermercados subiram drasticamente. De acordo com Silveira (2022), aproximadamente 125,2 milhões de brasileiros durante a gestão Bolsonaro viviam com insegurança alimentar, enquanto 33,1 milhões não tinham o que comer no cotidiano. Quando analisamos as últimas décadas, percebe-se que o agronegócio priorizou, majoritariamente, a produção de produtos destinados à exportação, diminuindo significativamente os cultivos alimentares e agropecuários produzidos para abastecer o mercado interno e alimentar a população. Essa exportação feita em larga escala, durante o governo de extrema-direita neoliberal, fez com que ocorresse o aumento de diversos produtos alimentícios, o exemplo é o óleo de soja (NANNINI, 2023).

De acordo com Monteiro (2022), o avanço do agronegócio sobre as fronteiras agrícolas para o plantio de commodities produz uma série de conflitos e rastros de

destruição, bem como prejuízos ao ambiente. A lógica do agronegócio, que obedece à técnica atual, não viabiliza a diversidade, pelo contrário, transforma o meio de produção e produto dos trabalhadores do campo em mercadoria, tornando-os dependentes do pacote tecnológico. O propósito do agronegócio não é alimentar o mundo, é gerar lucro para uma elite minoritária, passando por cima de tudo no caminho, seja a floresta, o território indígena e quilombola, a produção alimentar etc.

Desse modo, a ordem — então construída, idealizada e propagada pelos agentes hegemônicos — cria, na escala do local, desordem, não somente porque induz a mudanças funcionais e estruturais no modo que os sujeitos vivem seu cotidiano, “mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo — o mercado global — é uma auto-referência” (SANTOS, 2002, p. 334), ou seja, preocupa-se somente em atender a si e suas necessidades intimamente ligadas a acumulação de capital e, quando adentram no Estado, submetem a ordem do território às suas necessidades. No mundo globalizado, a ordem Global impõe a todos os lugares uma única racionalidade, a racionalidade da exploração e da degradação. Esses lugares, no entanto, respondem à ordem Global de acordo com os seus modos de viver, de pensar, e conceber o mundo. Existe, portanto, uma relação dialética.

De acordo com Milton Santos (2002), o Local se opõe ao global na medida em que também se confunde com ele. Nessa concepção, o mundo torna-se o nosso estranho. Embora seja abstrato e não tangível, a existência do global se dá nos lugares.

No Lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e tempo (SANTOS, 2022, p. 322).

No mundo globalizado, na escala do Local, da vivência e da troca de experiências, seja compartilhado com os sujeitos, com as empresas e com as instituições, a base da vida cotidiana é marcada pelo sentimento de cooperação e de conflito. Conflitos que se expressam através das relações verticais, tomadas pelos agentes hegemônicos que modificam de forma direta o cotidiano das pessoas. E, também, pelas relações horizontais de cooperação entre os sujeitos que sofrem os impactos das decisões alheias a seus territórios. A escala do Local, do Lugar, então, expressa-se como um quadro que representa o pragmatismo contemporâneo. Nele, conseguimos vislumbrar as ordens intencionais e precisas e suas ações condicionadas. Nele, é possível enxergar, também, “o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações, da espontaneidade e da criatividade” (SANTOS, 2002).

Existem lugares globais simples e outros complexos. Nos simples, por exemplo, os vetores técnicos não são amplamente implementados, ao contrário dos complexos — que geralmente são as metrópoles próximas a ela — que tendem a aderir ao aparato técnico. A ordem Global impôs ao Brasil o papel de agroexportador, a concepção de Terra Nullius,

a concepção ocidental. Através do Mercado e do Estado, especialmente comandado por governos neoliberais, por meio da técnica e da introdução e expansão de sementes geneticamente modificadas, houve um atendimento às demandas internacionais, afetando diretamente os lugares. Em contrapartida, na escala do Lugar, (r)existem sujeitos, como os guardiões das sementes crioulas do município de Rio Grande - RS, que cultivam suas sementes transgeracionais, que cultivam a biodiversidade, que sobrevivem ao avanço do capitalismo e que cultivam, também, a *Terra Mater*.

SIGNIFICANDO OS GUARDIÕES DAS SEMENTES: UM POSSÍVEL DIÁLOGO COM PLATÃO

Embora este termo — guardião — possua significados adjacentes ao senso comum, no sentido de “guardar algo”, tal compreensão talvez não seja a mais “adequada” para entender a importância dos guardiões das sementes, bem como sua relevância no que se refere à conservação da biodiversidade dos lugares. Considerando essa questão, recorrer a algumas significações além dessas, mostrou-se elementar para tentar entender e mensurar a relação dos guardiões das sementes crioulas com suas sementes, com seu território.

No primeiro momento, considerando que a Filosofia é a mãe de todas as ciências, recorreu-se a Platão que, há muito tempo, discorreu acerca da importância dos guardiões em seus manuscritos. Na sociedade ideal projetada por Platão, existem três classes, sendo essas: os Filósofos-reis, os Governantes, os Guardiões e os Trabalhadores. No entanto, interessamos a sua concepção acerca dos guardiões. Embora no modo de produção capitalista a tendência seja nivelar as classes conforme o acúmulo de capital, a classificação realizada por Platão não se refere a modelos econômicos ou de castas — nascimento. As classes são estabelecidas conforme as virtudes e capacidades inerentes de cada sujeito na cidade ideal.

Em seu diálogo “A República”, a discussão sobre o papel dos guardiões em uma sociedade ideal pode servir de base interpretativa. Embora essa obra forneça uma visão idealizada acerca da sociedade e da própria natureza humana, como metáfora, possui a capacidade de explicar a importância dos guardiões. Em seu diálogo, os guardiões são uma classe especial de sujeitos que desempenham papel elementar na defesa da cidade ideal, *Kallipolis* — Cidade Justa e Bela. Os guardiões são sujeitos selecionados desde o nascimento com base em critérios rígidos voltados à sabedoria, virtude e liderança. Os guardiões possuem uma vida comunitária, na qual compartilham os bens e as propriedades, de modo que inexistem o acúmulo de riquezas. A ideia de proteger um bem valioso, seja material ou imaterial, fora das relações atreladas ao dinheiro é o que torna o guardião especial. Esses guardiões, para Platão, representam a defesa, a harmonia e a estabilidade de *Kallipolis*.

Para entender o sentido de ser guardião é preciso, também, entender a tradição e o papel do guardião nesse emaranhado. A tradição em si, em essência, em concepção, possui a capacidade de despier o véu que o capitalismo vestiu nas relações sociais. Diz respeito a olhar o mundo material e o imaterial para além das relações econômicas de comércio. Significa transcender, como concepção da existência, essa lógica. Quer dizer

que implica, também, em uma visão clara e privilegiada acerca do tempo, de modo que exige, dialeticamente, essa mesma percepção acerca do espaço. A tradição é um meio de identidade pelo qual os sujeitos significam seus territórios e suas relações sociais (GIDDENS, 1997). De acordo com Giddens (1997), é impossível pensar em tradição sem guardiões. Os guardiões possuem papel crucial nas comunidades tradicionais.

Nesse sentido, no modo tradicional de vida, alheio ao modo capitalista, “a autoridade, em seu sentido mais genérico, é o território dos guardiões” (GIDDENS, 1997, p. 104). O termo a ser descrito aqui, com primazia, deve ser, também, a sabedoria, o saber tradicional. O guardião é aquele que detém o saber tradicional, que difere do saber técnico-científico. É aquele que detém as qualidades elementares adquiridas no transcorrer do tempo, é quem possui conhecimentos geracionais. O saber tradicional coexiste no mesmo espaço-tempo que a técnica atual. A globalização como fábula (SANTOS, 2002, p. 19), nos apresentam “um mercado avassalador dito global [...] como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas”. Existe uma busca pela homogeneidade, atreladas a ações de sujeitos alheios ao território na escala Local, que transforma o mundo em fragmentos, desunindo as comunidades, “tornando mais distante o sonho de uma cidadania verdadeiramente universal. Enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado” (SANTOS, 2002, p. 19). A tradição reflete, no caso dos guardiões, outro tempo da técnica, outra sociedade.

Assim como os guardiões de *Kallipolis* desempenham papel elementar na sociedade ideal descrita por Platão, os guardiões das sementes crioulas também os fazem na sociedade contemporânea. Enquanto os guardiões da República possuem funções atreladas à segurança, a defesa da constituição e do Estado, os guardiões das sementes crioulas defendem as práticas e os saberes tradicionais, conservando seu território, defendendo a soberania alimentar. Na medida em que os guardiões de *Kallipolis* precisam preocupar-se com a conservação da diversidade cultural, social e política, os guardiões das sementes crioulas (r)existem conservando e protegendo a diversidade genética e cultural de suas regiões. As concepções convergem, também, quando pensamos na defesa da soberania e da autonomia dos povos, na defesa do saber tradicional que, muitas vezes, é negado em detrimento do conhecimento acadêmico-científico. *A priori*, o diálogo com Platão e com Giddens (1997) nos direciona ao entendimento de que ser guardião significa, para além de guardar algo, proteger recursos importantes para a manutenção de uma determinada sociedade.

OS GUARDIÕES DE RIO GRANDE/RS: REFLEXÕES E TEMPORALIDADES

O Município do Rio Grande, no Estado do Rio Grande do Sul, encontra-se hoje em terras que, em um momento de sua história, foram habitadas pelos indígenas tapes e umbus. Esses povos tradicionais viviam como caçadores e coletores de modo que constituíam uma relação simbiótica com o meio natural. Embora muito de sua herança cultural tenha se perdido ao longo do tempo, existem registros históricos de sambaquis que ainda resistem à erosão e ao intemperismo nos arredores dos lagos e corpos hídricos do município. Sabe-se que tanto a formação geológica, os ventos, as chuvas, os tipos de

sedimento em deposição, o relevo, entre outros, são fatores elementares no que se refere ao tipo de solo de um lugar (MANTELLI; MOURA, 2015).

No caso da agricultura, é fundamental conhecer esses fatores, já que a fertilidade da terra é um dos atributos condicionantes da produção, que interferem diretamente na sociedade baseada no modo de produção capitalista. Rio Grande fica localizado em uma região subtropical, seu clima é úmido e ameno, “com distribuição regular das chuvas, estações definidas, com alguma ocorrência de formação de geadas no inverno, e verão quente. O regime pluviométrico é na média de 1300 mm/ano, sendo sua distribuição uniforme nos meses do ano” (MANTELLI; MOURA, 2015, p. 136).

Com o passar do tempo, os lugares mudam, ganham outras formas e funções em detrimento da sociedade que habita um determinado território. Essas mudanças ocorrem em razão da ação da sociedade, do tempo que faz e não do tempo que escoia, o tempo da natureza — o tempo geomorfológico (SUERTEGARAY, 2002). Em vista disso, os desafios que a terra impunha outrora aos povos originários, são os mesmos que os guardiões das sementes crioulas enfrentam hoje. A fertilidade do solo em Rio Grande é “baixa nas áreas não-inundáveis, ficando restritas à pecuária as áreas inundáveis e arenosas” (MANTELLI; MOURA, 2015, p. 136). Já nas terras consideradas não-inundáveis, a fertilidade pode ser considerada média. Em razão disso, o solo é mais indicado para produção de cultivares diversificado — como o fazem os guardiões das sementes — ou seja, são pouco recomendáveis para a prática de monoculturas. De maneira geral, ocorre a predominância de solos completamente arenosos, que, embora cobertos por vegetação pioneira, são pobres em nutrientes, geralmente mal drenados e com déficit hídrico em algumas ocasiões” (MANTELLI; MOURA, 2015, p. 136).

No espaço geográfico, as ações acontecem conforme os seus próprios tempos, de modo que, em sua totalidade, se dão de forma conjunta. Nesse sentido, a vida cotidiana “nas suas diferenças e hierarquias, dá-se segundo tempos diversos que se casam e anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum. Esse viver comum se realiza no espaço, seja qual for a escala — do lugarejo, da grande cidade, da região, do país inteiro, do mundo” (SANTOS, 2002, p. 159). É no território de Rio Grande, no eixo das coexistências, que os guardiões das sementes crioulas existem, cultivando a biodiversidade, evidenciando a dialética da relação Global e Local, da lógica do “o dinheiro, que tudo busca desmanchar, e o território, que mostra que há coisas que não se podem desmanchar” (SANTOS, 1999, p. 7).

De acordo com Milton Santos (1999, p. 7), “o território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas fraquezas, isto é, onde a história plenamente se realiza a partir das manifestações da existência”. É preciso, portanto, compreender o território como o *território usado* por um povo. “O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (SANTOS, 1999, p. 8).

Essa categoria analítica do espaço geográfico nos permite distinguir suas fragmentações geradas pelo próprio uso da natureza, que no caso dos guardiões, difere muito do uso

atribuído pela lógica do agronegócio. Possibilita, portanto, olhar para os guardiões das sementes crioulas e compreender suas relações com a terra, com seu território abrigo, com seu local de vivência e pertencimento. É nele que trabalham, cultivam, plantam, selecionam as sementes, compartilham, distribuem e redistribuem o produto do seu trabalho que carrega gerações de conhecimentos alheios à técnica hegemônica. É nele, também, que enfrentam as normas impostas de forma vertical, enquanto constroem suas relações horizontais no território. É no território que se sentem as normas impostas pelo Estado e pelo Mercado. Os guardiões das sementes crioulas são, também, produtores e produtoras familiares, assentados da reforma agrária e quilombolas. São sujeitos que se encontram inseridos em contextos políticos e sociais diversos. Seus cotidianos materializam a luta pela ampliação dos recursos genéticos, ou seja, pela biodiversidade alimentar (PINHEIRO, 2022).

No Município de Rio Grande, existem cerca de 23 sujeitos que fazem parte da Associação dos Guardiões das Sementes. No entanto, nem todos são *militantes*. A definição, de acordo com os próprios guardiões, diz respeito aqueles que além de guardar as sementes, também participam ativamente de feiras e projetos. O lugar de viver dos guardiões é uma zona rural com economia pautada na agricultura e na pecuária e em pequenos comércios. Rio Grande pode ser entendido como uma cidade dispersa, e, na medida em que nos deslocamos pelas estradas, o tempo da cidade, esse tempo rápido, começa a diminuir gradativamente. Os guardiões não vivem o tempo acelerado das grandes cidades, vivem o tempo lento, o tempo do lugar.

Vivenciar essa troca gradativa de tempo — essa “dilatação temporal da consciência” é que permite adentrar nesse universo, para além da literatura. Ao serem questionados sobre a dinâmica de um guardião de semente, é surpreendente as falas proferidas pelos mesmos. Se remetem à uma prática antiga, lembrando que o contato com as sementes remonta à infância. Um guardião contou que, desde criança, sua paixão era guardar sementes. Lembrou de quando ainda era criança e vivia com seus pais e gostava de comer frutas. Disse que sempre guardava as sementes nos seus bolsos. O mais interessante é que essa prática de guardar as sementes não era somente dele. Disse que aprendeu isso com o pai dele, que aprendeu com seu pai, também. Ficava clara sua relação com a natureza, com seu território. Pinheiro (2022, p. 67), em seus estudos sobre os guardiões das sementes, também percebeu essa relação com o ambiente, que existe

uma preocupação, por parte das famílias guardiãs de sementes relacionada às suas ações com o ambiente em que estão inseridos, embora muitas vezes não está explícita, mas percebe-se no íntimo de cada conversa que esses são detentores de uma consciência de que é necessário proteger, cuidar, conservar, preservar por intermédio de práticas mais respeitosas e menos agressivas a seus agroecossistemas.

A lógica dos guardiões difere muito da lógica que a sociedade vivencia a cidade. Dificilmente, no mundo marcado pelo modo de produção capitalista, o coletivo supera a

individualidade. Embora nos grandes condomínios existam um número significativo de sujeitos habitando-os, no final do dia, cada um adentra seu apartamento, seu particular e juntos vivenciam suas solidões. O meio técnico-científico-informacional, afastou as pessoas do convívio social em detrimento do convívio virtual. A lógica vivida pela sociedade todo dia é a do capitalismo, na qual comprar possui diversos significados. A dos guardiões das sementes crioulas é dar para reproduzir e manter vivo o patrimônio.

Essa concepção de mundo, de relacionar-se com os sujeitos escapa da ideia construída pelo mercado, da própria ideia de mercantilização da natureza. Talvez, por essa razão, Virginia Nazarea tenha definido de forma certa as sementes crioulas como “seeds that have been passed down by families and neighbors for more than 50 years and have never been bought or sold” (NAZAREA, 2005, apud WINSKIE; MURRAY, 2013, p. 4) — em uma tradução livre, sementes transmitidas por famílias e vizinhos há mais de 50 anos e que nunca foram compradas ou vendidas.

A mesma lógica se aplica, também, às percepções de McAnally (2013), sobre as sementes crioulas presentes no estado de Tennessee, nos Estados Unidos da América e ao trabalho de Winskie e Murray (2013) sobre as sementes crioulas presentes nos limites do Condado de Lumpkin, na Geórgia. Existe uma resistência por parte dos guardiões em comercializar aquilo que, para eles, é um meio de subsistência, não um produto. Suas produções crioulas possuem o objetivo de alimentar suas famílias, é assim que protegem a sua biodiversidade alimentar. As sementes crioulas não representam acúmulo de renda para os guardiões das sementes, visto que, para além dessa atividade, os guardiões, aposentados que continuam dedicando seu tempo de vida à terra. Esta situação levanta um questionamento: qual será o futuro dessas sementes que estão sob a guarda destes agricultores?

CONSIDERAÇÕES FINAIS: É PRECISO DESCOLONIZAR O PENSAMENTO ÚNICO?

Em seu livro intitulado de “por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal”, Milton Santos (2002), escreveu que a globalização como está ocorrendo não é irreversível. Enfatizou, também, que a movimentação em prol de mudanças nas estruturas estabelecidas após 1945 não sairá dos países hegemônicos, atribuindo esse papel aos países emergentes, como o Brasil, por exemplo. O autor fala na construção de intelectuais que discutam isso. O modo como os guardiões das sementes se relacionam com a terra, difere muito do modo como o agronegócio constrói sua relação com ela. Distingue-se, portanto, da lógica ocidental de degradação e exploração dos recursos naturais.

É perceptível que o evento da Revolução Verde, através da lógica hegemônica, contribuiu diretamente para a perda da biodiversidade alimentar, através do avanço da técnica e de suas intencionalidades. Os produtos comercializados cotidianamente nos apresentam essa realidade. Os agentes hegemônicos, por meio da técnica, criaram sementes inférteis e transformaram o meio de produção e produto dos trabalhadores do campo em mercadoria, criando dependência do pacote tecnológico. No entanto, embora

o Global se imponha no Local, existem sujeitos em seus territórios que resistem à lógica da degradação da natureza.

Através do estudo teórico e bibliográfico, percebe-se que, ao longo do tempo, a forma de relacionar-se com a natureza se alterou a partir do momento em que passou a ser mediada pelas relações de acumulação e de mercantilização da natureza. Na história da América Latina, existem raízes históricas profundas ligadas à exploração de seus territórios.

No espaço Global, atribuiu-se ao território brasileiro o papel agroexportador e, embora o agronegócio tenha se mostrado como o carro chefe de governos progressistas também, com o avanço da extrema-direita, na história recente, o espaço agrário serviu aos interesses internacionais intensamente, adotando a concepção de *Terra Nullius*. Governos esses marcados, também, pela lógica de espoliação da terra e da degradação ambiental, que flexibilizou as normas ambientais, liberando agrotóxicos, não demarcando terras indígenas, permitindo e defendendo o avanço ilegal do garimpo nos territórios tradicionais.

No entanto, embora o cenário dos últimos anos tenha sido trágico no Brasil, ainda existe esperança. A globalização perversa, conforme Milton Santos (2002) nos apresenta, começou a ser questionada nos eventos internacionais, colocando suas estruturas sociais, que existem nos acordos estabelecidos após 1945, em pauta. Embora a lógica ocidental de degradação seja imposta verticalmente pelos agentes hegemônicos afetando o Local, existem sujeitos que resistem em seus territórios.

A relação dos guardiões das sementes crioulas com a terra difere do modo como o agro a enxerga. Existe um sentimento de pertencimento e de respeito por parte dos guardiões, respeito esse que os povos originários cultivavam, a concepção de *Terra Mater*. Existe, também, uma resistência por parte dos guardiões em comercializar aquilo que, para eles, é um meio de subsistência, não um produto. Suas produções crioulas possuem o objetivo de alimentar suas famílias, é assim que protegem a sua biodiversidade alimentar. As sementes crioulas não representam acúmulo de renda para os guardiões. Sua relação com a natureza e seu território se constitui de forma harmônica, prezando por práticas sustentáveis. Concordando com Milton Santos (2002, p. 164), “jamais houve na história sistemas tão propícios a facilitar a vida e a proporcionar a felicidade dos homens”. Para tal, seria necessário construir uma nova lógica, assim como os guardiões fizeram.

REFERÊNCIAS

ABDAL, Alexandre, et al. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**: Bloco Qualitativo. Sesc São Paulo, 2016.

ASCEMA – Associação Nacional dos Servidores de Meio Ambiente. **Cronologia de um desastre anunciado**: Ações do Governo Bolsonaro para desmontar as políticas de Meio Ambiente no Brasil. SCEN/SAIN trecho 2 – Ed. Brasília, 2020.

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. **Modernização reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

- DE OLHONOS RURALISTAS. **Os Financiadores da Boiada**: como as multinacionais do agronegócio sustentam a bancada ruralista e patrocinam o desmonte socioambiental. São Paulo: Observatório do Agronegócio no Brasil, 2022. Disponível em: <Os-Financiadores-da-Destruicao-2022-ptbr.pdf (deolhonosruralistas.com.br)>. Acesso em 21/07/2023.
- GALEANO, Eduardo. 2010. **As veias abertas da América latina**. São Paulo: L&PM.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Geografia da riqueza, fome e meio ambiente: pequena contribuição crítica ao atual modelo agrário/agrícola de uso dos recursos naturais. **INTERThesis**, v. 1, n. 1, 2004.
- HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Edições Loyola, 2005.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, p.249, 2008.
- MONTEIRO, Daniel Macedo Lopes Vasques. Processos de espoliações no Brasil atual: ofensivas do agronegócio sobre os direitos ambientais e territoriais. **Revista Tamoios**, São Gonçalo, v. 18, n. 1, p. 74-95, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.63317>>. Acesso em: 20/07/2023.
- MCANALLY, Fiona Evelyn. **Heirloom Seeds of Tennessee**: Seeds and Their Stories. 2013. 80 f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Sustentável) - University of Tennessee, Knoxville, 2013.
- NANNINI, W.T. Agronegócio e a extrema-direita bolsonarista: Simbiose que engendra e amplia a barbárie socioambiental no Brasil. **AMBIENTES**. Volume 5, Número 1, 2023, pp. 55-100.
- MANTELLI, Jussara; MOURA, José Francisco. A produção agroecológica do município do Rio Grande/RS. Bol. Geográfico. Maringá, v. 33, n. 3, p. 134-152, set.-dez., 2015.
- PINHEIRO, Regis de Araujo. **Tecendo olhares aos processos coevolutivos estabelecidos pelas famílias agricultoras guardiãs de sementes e o sistema solo**. 2022. 316 f. Tese (Doutorado em Agronomia) - Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.
- PLATÃO. **A República**. Organização e tradução J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens**. Tradução de J.A. Barbosa. Edição: Garnier-Flammarion, Paris, 1971.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o Território. **GEOgraphia** - Ano. 1 - N. 1 - 1999.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SILVEIRA, Daniel. **Fome no Brasil**: número de brasileiros sem ter o que comer quase dobra em 2 anos de pandemia. G1, 2022. Disponível em:<<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/06/08/fome-no-brasil-numero-de-brasileiros-sem-ter-o-que-comer-quase-dobra-em-2-anos-de-pandemia.ghtml>>. Acesso em 27/07/2023.
- SHIVA, Vandana. **Biopirataria**: a pilhagem da natureza e do conhecimento. Tradução

de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira; prefácio de Hugh Lucy e Marcos Barbosa de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Tempos Longos... Tempos Curtos... Na análise da Natureza. **Geografares**, Vitória, p. 159-163, 2002.

WERNECK, Felipe; ANGELO, Claudio; ARAÚJO, Suely. **A conta chegou**: o terceiro ano de destruição ambiental sob Jair Bolsonaro. São Paulo: Observatório do Clima, 2022. Disponível em: <<https://www.oc.eco.br/wp-content/uploads/2022/02/A-conta-chegou-HD.pdf>> . Acesso em 21/07/2023.

WINSKIE, Jonathan; MURRAY, Jessica. Heirloom Seed & Story Keepers: Growing Community & Sustainability through Arts-Based Research. **Papers & Publications: Interdisciplinary Journal of Undergraduate Research**, Vol. 2, Art. 10, 2013.